

acompanhar poderia fazê-lo porque a agenda do conselho deliberativo da governança metropolitana não está no site. Isso foi decidido em uma reunião extraordinária. Quem é que ficou sabendo disso? Isso foi uma decisão a portas fechadas. Há uma clara dificuldade de informação e de participação.

Outra questão: em meio à crise da geosmina, no meio da crise da geosmina, a Cedaee não apresenta os laudos de exame de qualidade de água para os 70 parâmetros do Ministério da Saúde. É inacreditável que isso não apareça! Há um pedido do Ministério Público na justiça, há uma determinação da agência reguladora e isso não é apresentado.

Então, há uma clara dificuldade de informação e de participação em matéria de saneamento básico. Também há dificuldades de gestão e de fiscalização. No dia 6 de fevereiro, em meio à crise da geosmina, o Inea foi ao distrito industrial de Queimados fazer uma fiscalização, um dia apenas do que eu estou dizendo, dia 6 de fevereiro, ele autou e interdito ou suspendeu atividades de 5 das 6 empresas fiscalizadas em um dia apenas. Isso significa dizer que houve uma taxa de reprovação de 83% das empresas fiscalizadas. Se fosse uma turma de estudantes, 10 alunos, dos 10 alunos, oito teriam sido reprovados, aí eu pergunto, que professor é esse que está à frente dessa turma que teve oito de 10 alunos reprovados? Então, cadê essa autoridade para dar um norte, para seguir a rotina de fiscalização para chegar antes de o problema acontecer. Essa é uma taxa muito alta, não é normal isso. Quando terá sido a última fiscalização no distrito industrial de Queimados? O deputado Luiz Paulo também tocou nesse ponto, a operação do Guandu não segue o manual de operações. A colega aqui da sociedade civil também disse, um plano de bacia que não é seguido, não é isso?

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Dr. André, é só para deixar registrado, o deputado Waldeck Carneiro tem uma comissão especial que cuida exatamente, está olhando exatamente essa problemática dessa parte da governança.

O SR. ANDRÉ DICUSTEIN - Sim, eu estive aqui em todas as audiências.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Acho que isso já também dá um norte na direção, pelo menos que essa Casa está sendo...

O SR. ANDRÉ DICUSTEIN - Sem dúvida.
O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Está tendo um olhar mais criterioso, como o senhor também tem, está preocupado e antenado.

O SR. ANDRÉ DICUSTEIN - Sim, sim.
O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Só para deixar registrado.

O SR. ANDRÉ DICUSTEIN - Eu estive presente às audiências do deputado Waldeck Carneiro, são boas audiências, importantes, mas, acontece, a gente está aqui, como falou aqui mais cedo o coordenador da Câmara de Saneamento da Alerj, esse aqui é o saneador do saneamento, então, assim, a gente precisa estar com a Câmara Metropolitana aqui discutindo o saneamento do estado, não dá para discutir saneamento sem a câmara metropolitana que é a titular do saneamento da Região Metropolitana.

Além da dificuldade de gestão e fiscalização, dificuldade de planejamento. Vejamos, em 12 de fevereiro já tem essa deliberação do conselho deliberativo da Região Metropolitana, aprovou a modelagem do BNDES para privatização da Cedaee. Naquele ato, o prefeito de Guapimirim disse que a modelagem não contemplava o Município de Guapimirim, que não é atendido pela Cedaee. Naquele mesmo ato, o prefeito de Guapimirim e o prefeito de Cachoeiras de Macacu perguntaram como é que ficava a questão da outorga de recursos hídricos, os recursos da outorga, como é que ficava na modelagem do BNDES, mas tudo isso foi dito que seria decidido em outra oportunidade. Ou seja, em 12 de fevereiro desse ano o que se decidiu foi o Plano Cedaee, o Conselho Deliberativo da Região Metropolitana não decidiu o saneamento básico na Região Metropolitana, decidiu o Plano Cedaee.

Então, há uma clara dificuldade também de planejamento, a gente vai passar a discutir o magro planejamento da Região Metropolitana, o saneamento básico da Região Metropolitana a partir de uma premissa que já está estabelecida, e que a modelagem do BNDES vai prevalecer, pronto, a partir daqui vamos pensar no macroplanejamento, haverá consultas públicas e tal, quer dizer, a participação pública não está incidindo desde o nível zero da discussão. Já há uma decisão estratégica tomada e a partir dela é que nós vamos passar a discutir e a participação pública deve estar no máximo a montante da decisão, quanto mais alto, quanto mais estratégico for a decisão, maior o nível de participação que deve haver.

Outra coisa também que apareceu aqui hoje muito importante também que causa perplexidade. E, de novo, não estou falando que o agente público A, B ou C fez isso, fez aquilo, não é nada disso, estou falando de uma questão estrutural, da nossa sociedade, da nossa história como sociedade e aflorou alguma coisa que expressa essa cultura nossa de todos nós, históricas, de muitas gerações, o que aflorou? Ora, nós vamos fazer um plano estadual de segurança hídrica a partir de recursos de um termo de ajustamento de conduta, não é um recurso ordinário que vai pagar um plano de segurança basilar, como é que a gente tá contando com recurso extraordinário para fazer algo que seja básico? Já que não tem, graças a Deus vai ser feito, mas isso é um afloramento... Mas é o estado mais ameaçado na federação. Esse é um afloramento de uma coisa que tá fora do lugar, as coisas que sejam básicas precisam ser pagas com os recursos ordinários, do dia a dia e não com uma verba extraordinária de um termo de ajustamento de conduta.

Então, diante dessas dificuldades que eu sinto, dificuldade de informação e participação, dificuldade de gestão e fiscalização, dificuldade de planejamento, eu quero exortar a Alerj, o governo do estado, todas as forças possíveis, sociedade civil, comitês de bacia, Tribunal de Contas, a gente precisa formar uma agenda de estado para o saneamento básico, saída lógica da agenda de governo, saída lógica de resposta à crise. Comprou o carvão, acabou a geosmina, pronto, segue o barco. Precisamos de uma agenda de estado, uma agenda de estado que seja transparente que a sociedade civil possa abrir lá e entender o que seja, uma agenda de estado que seja planejada e que seja participada. O convite que secretário faz aqui à participação pública isso é maravilhoso, e no nascedouro - eu percebi que o senhor falou "Venham antes da gente lançar!" É isso, esse é o espírito.

Então, a gente construir juntos, exortar todos a formar uma agenda de estado para o saneamento básico e essa agenda de estado tem que estar lastreada por um planejamento orçamentário, porque senão a gente não consegue nunca pagar a conta, embora haja recurso, a gente descobriu hoje que não falta recurso, mas a gente não consegue pagar a conta. E nesse lastro orçamentário para a nossa agenda de estado, a gente tem que definir entregas bem precisas para que a gente possa fiscalizar essas entregas, porque se for assim algo muito vago não se pode mais fiscalizar, não se consegue fiscalizar. Como é que vai fiscalizar a dragagem de um rio dois anos depois? Acabou, passou, já era. Então, precisa ter uma agenda de estado com lastro orçamentário e entregas bem definidas.

Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, doutor, passo a palavra agora para o nosso convidado Mateus Solano.

O SR. MATEUS SOLANO DA CUNHA - Boa-tarde a todas e a todos, eu queria agradecer a oportunidade de falar aqui. Fala-se muito que não pode apontar dedo, que a gente não pode achar culpado, que a gente não pode... São décadas e décadas de um problema que vai se arrastando, eu não vejo outra forma de dar esperança para a sociedade do que achar culpado e puni-lo.

Eu acho que a primeira ação, no sentido de educação ambiental de um povo que espera que o seu governo haja de acordo, é punir os culpados. De fato, eu não vejo outra forma de ensinar o cidadão a jogar lixo no lugar certo que não ver a política de meio ambiente punir os culpados por um problema de décadas e décadas que vem acontecendo. São dezenas de crimes ambientais que acontecem a cada segundo nessa cidade e ninguém é punido, não existe punição para criminoso ambiental no nosso país. Isso é seriíssimo, isso é gravíssimo, não tem como a gente pedir para a população - e olha

que o meu papel, desde que eu me tornei ativista ambiental, é a fazer a população apontar o dedo para si próprio, eu estou o tempo todo dizendo: gente, não há governo que mude se a população não mudar, não há empresa que mude se o consumidor não mudar. Mas aqui eu sou obrigado a dizer: se ninguém é punido, quem você vai convencer a jogar o lixo corretamente? Vai convencer a quem a agir, de fato, corretamente se o governo e nós somos um país que foi colonizado ainda nem tem esse ranço continua achando que é o governo que vai receber tudo, né, se esse grande exemplo que o governo tem que ser não pune quem deve ser punido?

Então, acho que depois de ouvir tudo o que ouvi é isso que eu teria a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, Mateus. O próximo orador inscrito é o dr. Ary Girota, do Sindicato de Saneamento da Cedaee, meu amigo.

Dr. Ary, o senhor tem que falar três minutos bem corridos.
O SR. ARY GIROTA - Não sei não.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Rápido. O senhor sempre dez, quinze minutos.

O SR. ARY GIROTA - Dois minutinhos. Quero mandar um recado bom para você.

Eu sou Ary Girota. Sou trabalhador da Cedaee.
O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Maitê, ele fica dez,

quinze.

O SR. ARY GIROTA - Estou presidente do Sindicato do Saneamento do leste fluminense. É importante essa oportunidade.

Quero parabenizar a todas as autoridades na figura do deputado Gustavo Schmidt, porque talvez esta comissão seja precursora para que as políticas de saneamento sejam definitivamente de estado e não de governo, como foi falado aqui.

Quero fazer um convite a vocês como representantes da sociedade civil - não posso em nome da empresa, mas posso como trabalhador represento os trabalhadores - para que visitem a ETA Guandu e vejam com os seus próprios olhos a qualidade do trabalho desenvolvido lá que até o momento não foi falado com a devida clareza. Nós não botamos veneno nas águas. Nós adicionamos produtos químicos para retirada dos elementos que causam doenças.

Um esclarecimento. Nada que você não saiba. Você não tem que saber. A população não tem que saber. Agora, nós não somos responsáveis pelos municípios, que não realizam o trabalho de saneamento que deveriam. Nós somos uma empresa que presta serviço à sociedade.

Estamos sob o guarda-chuva do governo do estado, que nesse momento é do governo Wilson Witzel, o secretário está aqui, agora. Parabéns, porque o senhor sempre bateu para cima. Eu lhe admiro por isso: pelas CPIs conduzidas por v. exa.

Querida esclarecer isso, porque é importante: o Mário Moscatelli, a quem tenho apreço, uma vez deu uma entrevista e falou o seguinte: "É um verdadeiro milagre o que a ETA Guandu faz com esse lixo que chega na ETA e transforma em água potável." Palavras dele. Ele falou isso. Então, ele reconhece.

As dificuldades institucionais são outras questões: aí passa pela esfera política, pela esfera jurídica. O Ministério Público está aqui para ajudar a sociedade como um todo. O doutor que não sei o nome falou uma questão que o deputado Luiz Paulo falou ali. A Cedaee não deixou de executar o protocolo de segurança no Guandu. Ela não deixa, ao contrário, ela faz. Por uma deliberação do ex-presidente era o Cabral, que tem que ser responsabilizado civil e criminalmente colocou em risco a vida de nove milhões de cariocas, porque o protocolo antes era seguido pelos nossos técnicos; o dr. Claudino está aqui não me deixa mentir. A gente não precisava perguntar para o presidente da Cedaee o que a gente tinha que fazer quando visse alguma coisa errada. Mas ele disse que não era para seguir o protocolo. Ponto final. Aí, hoje, ouvi aqui que o BNDES... Aí eu me lembrei: o dr. Hélio Cabral era funcionário do BNDES. Será que na ânsia de querer aprovar a privatização da Cedaee o projeto do BNDES ele fez essa condução? Uma pergunta que tem que ficar no ar. Isso foi o que apareceu. Até o dia 31 de dezembro de 2018 ninguém falava da Cedaee. As pessoas reclamavam de um vazamento, que, realmente, não tem que acontecer; para reclamar de uma estação de tratamento que não funciona, mas ninguém questionava a água que era entregue aos nove milhões de cariocas. Você tomava banho tranquilo. Pode, até, não beber água da Cedaee por uma questão sua, mas tomar banho você tomava. Hoje, a Cedaee não sai da mídia, vinte e quatro horas por dia. Como é que vamos educar, Maitê, a população ao invés de fazer a campanha negativa contra a empresa fazer a campanha educativa à população: não joguem lixo nas ruas, por exemplo? A mídia tem um papel fundamental nisso aí. E por tudo que o Claudino expôs aqui sobre o orçamento e os projetos da secretaria todo grande projeto de saneamento, toda política pública é feita com dinheiro do povo: com os nossos impostos, milhões, bilhões de reais. E aí, agora, vamos por um milagre entregar a Cedaee a iniciativa privada? É isso mesmo como você falou nos parques: ou são privados ou estão fechados. Você acabou de falar aqui. Privatizou, deixa de ser de todos e passa a ser de alguns. Privatizar a Cedaee não é privatizar uma empresa; privatizar a Cedaee é privatizar o direito de acesso à água. Repito: 9 milhões de pessoas só na Região Metropolitana bebiam água da Cedaee de maneira inquestionável. Se tivéssemos envenenado a água da Cedaee não ia ter serviço de saúde privado e público que desse conta. Ponto final. Então, vamos botar a cabeça no lugar e pensar e refletir sobre o que está em curso.

Com relação à Câmara Metropolitana, doutor, eu faço parte, por um acaso consegui ser eleito como trabalhador para representar e fazer parte do conselho consultivo e deliberativo da câmara. Mas, infelizmente, o governador, talvez pela assessoria equivocada, com uma canetada destituiu toda a sociedade civil que participou durante quatro anos dos processos de elaboração, de construção, para que a Câmara Metropolitana fosse um espaço plural da sociedade civil. e, hoje, as pessoas não sabem, como o próprio promotor falou, como estão sendo decididas as coisas a portas fechadas. O princípio da Câmara Metropolitana é a transparência, é a publicidade. Nós não temos mais isso. Há que se questionar muita coisa, mas o saneamento tem que ser uma questão de saúde pública.

Para finalizar, para respeitar o tempo de todos, ficou nítido que esse projeto do BNDES não atende ao interesse coletivo da sociedade carioca. Ele pega exatamente aquela parte mais rentável da Cedaee, que é a distribuição - a Cedaee ganha dinheiro com isso - e entrega na mão da iniciativa privada com a desculpa de que vão universalizar o saneamento. Ora, pois, a Cedaee hoje tem a expectativa de um bilhão de resultados, temos mais, pelos dados fornecidos aqui, 700 milhões do Fecam e aproximadamente 60 milhões do Fundrh, o único dado que não consegui levantar. Então, temos em torno de 1 bilhão e 700 milhões de reais que podem e devem ser investidos em todas as questões de saneamento: coleta de lixo seletiva, educação, reflorestamento - como o sr. Antônio Marcos falou aqui. A Cedaee tem o maior projeto de ressocialização, que se chama Replantando Vidas, onde empregamos 500 detentos - nenhuma outra empresa faz isso - e replantamos mudas da Mata Atlântica. Ou seja, ninguém fala dessas coisas hoje porque o objetivo, hoje, é entregar esse 1 bilhão de resultados que a Cedaee tem com tarifas módicas para a iniciativa privada. Se fala muito em Niterói, da Águas de Niterói, e mas não tem como comparar uma empresa que entrega água e coleta esgoto de um município de 500 mil pessoas para uma empresa que entrega água e trata esgoto em 64 municípios, mais de 14 milhões de pessoas são atendidas pela Cedaee - não tem comparação. Faço um convite a todos para irem a Niterói hoje, canal da Ary Parreiras, o canal está lotado de esgoto, por quê? Porque, apesar de privatizada há vinte anos, os lançamentos nas redes pluviais não foram resolvidos. Estou falando mal dos trabalhadores da Águas de Niterói? Não, porque também os represento como sindicalista; aliás, eles são oprimidos, cada vez menos têm condições de trabalho. Mas, em nome do lucro, Niterói continua a ter esgoto doméstico lançado em seus canais e rios, como foi falado aqui.

Nossa capilaridade de rios e lagoas é infinita. A representante da ONU não entendeu como temos tantos rios e temos crise hídrica, porque tudo é olhado como valão, como receptáculo de esgoto. Mudar essa coisa, que é secular, não é tarefa fácil, mas espero que este momento marque. Essa crise trouxe luz em relação à fiscalização

das empresas, inclusive, o promotor falou ali: será que elas já foram fiscalizadas em algum momento? O secretário mencionou que recebeu no último dia um ofício para fazer a mudança da transposição da obra; então, as gestões anteriores já sabiam dessa necessidade e não fizeram. Vamos dar nome aos bois e, assim como a arte imita a vida, a Cedaee parece a "Geni" do processo: quer falar mal, quer bater, bate na Cedaee. Tudo de ruim é a Cedaee e não é bem assim.

Claudino aqui é a prova. É um engenheiro, que está há um mês na secretaria, matou no peito e está ajudando o secretário a conduzir um processo que é imenso. Esse é o naipe, essa é a qualidade do funcionário da Cedaee. Isso tem que ser respeitado. Não podemos admitir que nenhum governo, que nenhum político, que principalmente empresários inescrupulosos - porque o objetivo dos caras é o lucro - façam isso com a gente.

Como você falou, você tem dois filhos. Eu tenho três.
O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Dr. Ary, por gentileza.

O SR. ARY GIROTA - Eu vou encerrar. Como vamos permitir que façam isso com a gente, com a nossa sociedade, com a nossa vida, com o nosso Estado do Rio de Janeiro, que é maravilhoso. A questão que a companhia levantou ali, do autódromo, é um absurdo os caras quererem acabar com uma floresta, gente, para construir um autódromo. Terra e chão é o que não falta no Rio de Janeiro.

Então, vamos fazer essa luta com transparência, irmanados; vamos aproveitar a comissão e vamos fazer com esse vizinho que se avizinha não aconteça. Porque privatizar a Cedaee é privatizar a água, e privatizar a água é privatizar a vida. Tem quem dinheiro beber e quem não tem não vai beber. Assim foi agora, na crise da geosmina. Muitas pessoas reclamaram que tinham que comprar água mineral. Os caras estão convencendo as pessoas que uma garrafa de 500 ml de água mineral, pagar R\$ 3,50 numa garrafa é melhor do que pagar R\$ 3,50 em mil litros de água, porque é isso que a Cedaee entrega: por R\$ 3,50, uma caixa d'água de mil litros.

Então, eles tinham que desacreditar a empresa, perante a sociedade, para poder tocar esse processo. E eu espero, secretário, que o senhor, com sua influência, com sua sabedoria, possa influenciar o governador para que mude o curso dessa história porque, senão, ele vai entrar para a história como o governador que privatizou a água do Rio de Janeiro, que privatizou a água.

Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, sr. Ary. A Hora está bem avançada e nós temos que terminar às 14 horas. Já são quase três horas e meia de audiência pública e temos mais dois oradores inscritos.

Dra. Anna Beatriz Meirelles, representando o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. ANNA BEATRIZ MEIRELLES - Boa-tarde. Primeiro, obrigado pelo "doutora", mas é simplesmente Anna Beatriz. Na verdade, é uma pergunta para a secretaria. Como está a questão do planejamento, mas em questão de datas, prazos dos planos municipais de saúde, de saneamento básico - desculpa - de todo o complexo, das três esferas? Se vocês estão acompanhando. Porque tem muitos concluídos, mas muitos para revisar. Então, nós que trabalhamos muito nessa análise técnica precisamos desse plano atualizado para termos uma visão real ou pelo menos um prospecto do que deverá ser feito, do que deveria estar sendo feito. E se vocês têm essa agenda, esse prazo específico com os planos e o de/para desses projetos, em atendimento aos projetos de pequeno, médio e longo prazo dos planos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Dra. Diane.
A SRA. DIANE RANGEL - Bem, os planos municipais de saneamento, eles são competência de o município fazer. Está inclusive isso na lei federal da Política Nacional de Saneamento e tem prazos para que os municípios possam cumprir essa exigência.

O que aconteceu é muitos municípios não puderam fazê-lo e estão sendo realizados esses planos, tanto os planos municipais de saneamento, quanto os planos de gerenciamento de resíduos - gerenciamento integrado de resíduos sólidos - por meio de algumas ações da secretaria; algumas, através do Psam e a grande maioria através dos comitês de bacia, que, na verdade, contratam, através das suas delegatárias, esses planos municipais de saneamento. E muitos municípios o fizeram. O que nós temos é que, no plano de cada bacia hidrográfica, integramos essas informações e inclusive os prazos de revisão. Aproveitei o momento aqui para convidar todos vocês a participarem mais dos nossos ambientes de participação. Os comitês de bacia são importantes demais, porque eles definem, não só as ações, mas os planos de aplicação dos recursos.

Então, é muito importante que todos participem dos comitês de bacia. Inclusive, dentro do complexo lagunar, nós temos um subcomitê de bacia. Então, assim, a gente precisa muito que a sociedade, não só a sociedade, os usuários de água, todo mundo participe dos comitês e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, porque é no Conselho Estadual de Recursos Hídricos que se aprovam os planos anuais de aplicação, os PAPS. Então é muito importante a participação da sociedade.

A gente tem um controle desses planos, mas a gente não tem a competência legal para fiscalizar se os planos estão sendo revisados, se não tem a competência legal do saneamento, como o secretário já disse anteriormente, não está na nossa pasta. A gente fiscaliza sob a ótica sempre da gestão de recursos hídricos e do aporte desses contaminantes, vamos dizer dessa forma, nos recursos hídricos, mas a gente não tem a competência legal de trabalhar a questão de saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, subsecretária.

Agora eu tenho dois oradores e eu vou pedir para a gente dividir o tempo porque eu preciso também de dois minutinhos para finalizar e o secretário finalizar, senão vou escolher só um. O Paulo de Tarso, Comitê Guandu, e o dr. José Arnaldo, Prefeitura de Nova Iguaçu. Quatro minutinhos para cada um e deixa dois minutinhos para mim e dois minutinhos para o secretário, a gente finalizar essa audiência pública que já está com o tempo além do esperado.

Quem prefere ir primeiro? Prefeitura de Nova Iguaçu? Pega o microfone, por gentileza.

O SR. JOSÉ ARNALDO OLIVEIRA - Boa-tarde a todos. Meu nome é José Arnaldo, represento a Prefeitura de Nova Iguaçu e em nome do nosso prefeito Rogério Lisboa estamos aqui eu, o Guilherme, do setor de saneamento, e a nossa engenheira sanitária Carla. Agradecendo a todos e em nome do nosso deputado Gustavo Schmidt, um abraço alongado.

Tenho conversado muito como o meu amigo Maximino da importância dos comitês de bacia do Guandu e como o Comitê de Bacia do Guandu tem feito o seu papel. Amanhã a gente aprova de forma... De muita concordância a formação da câmara técnica de saneamento. É uma resposta à sociedade depois de 18 anos, passem. Depois de 18 anos a gente toma essa atitude tão estratégica. E também a necessidade de a gente rever, estou olhando para você aqui, Diane, estou olhando para o meu amigo Hélio Wanderlei, o que a gente tem feito com os contratos de gestão. A gente está renovando o contrato de gestão agora dia 19 de dezembro de 2019, em que a gente posterga mais 156 milhões do que a gente não gastou ano passado para gastar esse ano. E gastando um pouco mais com a Agevap três milhões 780. Então, assim, como que a gente dá essa agilidade e cria no espaço de debate de governança, que é o parlamento das águas chamado Comitê Guandu um espaço decisório.

Quero parabenizar o meu amigo secretário Altineu, que já aceitou o convite para participar do fórum de secretários na próxima reunião. E quero fazer o desafio que seja na Seas Trazer todos os secretários... São 15, estrategicamente, e aí dentro da lagoa do Guandu, Paracambi, Japeri, Nova Iguaçu e Queimados. Em especial, todos eles aí, o Rio Ipiranga, que nasce lindo na Serra do Madureira, água classe especial, e morre podre com água classe qualquer coisa. Nem o nosso plano de bacia classifica bem, classifica para 2007... 2027 classe 3. O Ipiranga-Cabuçu e depois o Queimados, nem classificação, tem, é 4. E aí em 2042 é que a gente vai ter a classe 3, ter a desonra de não poder mergulhar na lagoa do Guandu. Que é isso que a gente está falando no plano de bacia.